

GÊNERO, MEDICINA, HISTÓRIA

Elisabeth Juliska Rago*

Nesta comunicação, procuro refletir sobre as relações entre gênero e medicina na modernidade e demonstrar que a presença feminina na arte de curar tem contribuído decisivamente nas transformações culturais e científicas verificadas no campo médico. As mudanças incorporadas na linguagem, nos códigos, nos comportamentos, graças à inserção e luta das mulheres nesse campo, foram produzidas socialmente, a partir dos feminismos, embora muitas vezes as transformações nas ideias recebam um tratamento reverencial como se tivessem surgido espontaneamente e estivessem desvinculadas de um momento histórico concreto. Muito do que se concebia como “fixo”, “verdadeiro”, “natural” foi posto em xeque pelas pressões feministas. Do ponto de vista analítico, a teoria feminista nos oferece um instrumento de considerável poder subversivo, embora seja problemática pela falta de consenso nos modos como a definimos até hoje.

Linda Gordon explica que *“Há tradições de pensamento feminino, cultura feminina e consciência feminina [...] O feminino somos nós mesmas, nosso corpo e nossa experiência social construída. Não é o mesmo que feminismo, o qual não é uma decorrência natural dessa experiência, mas uma interpretação e uma luta política controversa, de modo algum universal para as mulheres”*.¹

Concomitantemente, os estudos de gênero expandiram-se nas universidades brasileiras desde as últimas três décadas do século XX, destinando “ferramentas substantivas para um dos objetivos centrais do pensamento feminista (desessencializar a subordinação da mulher), com efeitos importantes na teoria social.”²

A medicina, vale ressaltar, é uma prática social cuja especificidade não deve ser buscada na sua base biológica, ainda que seu objeto específico esteja referido ao corpo humano e à preservação da saúde. Os feminismos, de diversas colorações, têm criticado

* Doutora em Ciências Sociais. Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

¹ GORDON., Linda. What's new in women's history. In: LAURETIS, Teresa de. *Feminist Studies, Critical Studies*. Indiana University Press. Bloomington 1986, p. 30.

² PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? Núcleo de Estudos de Gênero PAGU/UNICAMP. In: ALGRANTI, Leila Mezan (organização e apresentação) *A prática feminista e o conceito de gênero*. IFCH/UNICAMP nº 48 – Novembro de 2002, p. 38.

os elementos sexistas ainda presentes nesse campo e investido no sentido de potencializar a abertura de novos conhecimentos a partir das experiências de vida das mulheres. Segundo Maria Odila Leite da Silva Dias, as matrizes totalizantes de pensamento a exemplo da filosofia liberal – não abriam possibilidades para a apreensão do cotidiano das mulheres para as resistências, enfim, para aquilo que acontece “nas margens”. Nesse sentido, é que autora aponta para a “preocupação que decididamente enfatiza o interesse em desconstruir valores ideológicos e em perseguir trilhas do conhecimento histórico concreto que, reduzindo o espaço e o tempo a conjunturas restritas e específicas, permitem ao estudioso a re-descoberta de papéis informais, de situações inéditas e atípicas, que justamente permitem a reconstituição dos processos sociais fora do seu enquadramento estritamente normativo.”³ E é aí que reside, a meu ver, a riqueza dos estudos feministas e de relações de gênero preocupados com as especificidades históricas, com o informal, com a incorporação das subjetividades de seres humanos, levando em conta sua liberdade e capacidade de pôr em prática mudanças. É bastante positivo observarmos o empenho de muitas historiadoras para aprofundar os estudos de gênero e o esforço exigido para a re-elaboração de um novo campo de conhecimento, o que não significa dizer que os modelos dominantes nas ciências humanas tenham sido derrotados.

Parto do ponto de vista de que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da dos homens. Em minhas pesquisas anteriores procurei perseguir as mediações sociais, e não as categorias fixas, a liberdade de ação dos agentes sociais, procurando escapar dos estereótipos sempre presentes a nos confundir.

Essa brevíssima reflexão sobre alguns tópicos que norteiam minha concepção acerca do método de trabalho do/a historiador/a adquire relevância quando se está preocupado com a produção de novos conhecimentos e, ao mesmo tempo, imbuída da idéia da necessidade de renovação da história social das mulheres. A história cultural e a do gênero buscam a historicidade do sujeito, o processo de constituição de subjetividades.

³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Teoria e Método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano”. In: COSTA, Albertina de Oliveira. E BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 40.

Focalizo, agora, a experiência vivida pela primeira médica brasileira, Maria Augusta Generoso Estrela, formada nos Estados Unidos, devida à proibição de mulheres no ensino superior brasileiro durante parte do século XIX.

Consciente de estar adentrando num campo masculino como o da medicina a doutora Maria Augusta Generoso lutou pelos direitos civis das mulheres, tendo exercido influência nos debates travados pela intelectualidade brasileira do século XIX que levaram D. Pedro II a assinar a Reforma Leôncio de Carvalho, decreto nº 7247, abrindo as portas do ensino superior às mulheres no Brasil, em 19 de abril de 1879. A primeira médica brasileira formada nos Estados Unidos foi fonte de inspiração para outras mulheres dispostas a enfrentar um mundo masculino por excelência. Em meados do século XIX, a oposição às mulheres que optavam pela medicina era maior do que aquela feita em relação às profissões de menor prestígio, como a enfermagem e o magistério. Mott ressalta que a “atividade de professora era uma das poucas profissões considerada respeitável para mulheres”. (MOTT, 2000, p. 44).

É interessante perceber como foi despertado o desejo da jovem Maria Augusta para abraçar a profissão médica. Assim como outras moças pertencentes a famílias abastadas, a estudante carioca tinha acesso a jornais e revistas nacionais e estrangeiras. Lendo um artigo em *O novo mundo*, jornal brasileiro publicado em Nova York, Maria Augusta soube da formatura de uma norte-americana numa faculdade de medicina. Sabe-se também do encantamento provocado pela leitura de revistas norte-americanas “que lhe chegavam às mãos revelando a perspectiva aberta às mulheres com a aquisição de um diploma liberal” (Hahner, June Emacipating... p. 57). Depois de muito esforço para vencer as resistências de seu pai, a jovem carioca embarcou pra os Estados Unidos em 1875, com apenas 15 anos de idade, para inscrever-se no curso preparatório, na Academia Saint Louis, que a levaria ao *New York Medical College and Hospital for Women*, onde se formou no dia 29 de março de 1881. A médica teve a revalidação do seu diploma, após aprovação nos exames a que se submetera, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tornando-se muito conceituada naquela cidade onde viveu e trabalhou. Casou-se em 1884 com Antonio da Costa Moraes, farmacêutico, com quem teve quatro filhos. Faleceu em 1946, naquela cidade, aos 86 anos de idade.

Em Pernambuco, a polêmica entre as concepções liberais e as evolucionistas – que atribuíam a inferioridade das mulheres às razões biológicas – foi reavivada pela petição

de “uma menina inteligente”, nas palavras de Tobias Barreto, referindo-se a Josefa Águeda Felisbella Mercedes de Oliveira, nascida em Pernambuco no dia 13 de fevereiro de 1864.

No dia 22 de março de 1879, em sessão na Assembléia Provincial de Pernambuco, o deputado e jurista liberal Tobias Barreto⁴ defendeu a petição movida por outro republicano, o advogado e jornalista Clodoaldo Alves de Oliveira, solicitando recursos para a filha estudar medicina nos Estados Unidos, já que ainda não havia permissão legal para as moças cursarem as faculdades naquele momento, liberação que ocorreria no mês seguinte.

O advogado soube compreender as aspirações da filha que optara pela profissão de médica. Solicitou ao governo da Província subvenção para custear os estudos de Josefa Águeda, mas seu pedido foi recusado pelo deputado Malaquias Gonçalves. Mesmo assim, a estudante embarcou para os Estados Unidos a fim de estudar medicina.

Apesar de todos os obstáculos Josefa Águeda de Oliveira, algum tempo depois, durante a administração de José Liberto Barroso, republicano e defensor dos direitos civis da mulher, recebeu um auxílio para continuar seus estudos no exterior.⁵

Formada em 1881, no mesmo ano em que se diplomou Maria Augusta Generoso Estrela, não há dados que mostrem sua trajetória depois do seu retorno ao Recife.

No *Dicionário de Mulheres do Brasil*, lemos que a médica escreveu o livro *O Dever*, em 1880. Traz, ainda, o registro da carta enviada em 10 de setembro de 1882 a um jornal pernambucano *America Illustrada*, no qual “Josefa defende a importância da educação superior para as mulheres, contra comentários maldosos, surgidos na imprensa brasileira que descreviam as mulheres formadas como ‘ébricas e desprovidas de moral’. Ela manifesta sua indignação num protesto: *Sou formada em medicina, como tal recebi uma educação superior, e até o presente não desacreditei esta educação que recebi e a posição que ocupo na sociedade*”⁶.

Josefa Águeda e Maria Augusta Generoso conheceram-se no New York Medical College for Women, onde estudavam. Ambas se tornaram amigas e trocaram intensa correspondência por mais de 20 anos. Adotando as mesmas convicções feministas, que

⁴ Barreto, Tobias. *Estudos de Sociologia*. Instituto Nacional do Livro. Ministério da Educação e Cultura, 1962.

⁵ Hahner, June E. *Emancipating the female Sex...* op. cit, p. 58

⁶ Shumaker, Shuma e Brazil, Érico V. *Dicionário Mulheres do Brasil...*op.cit. p.299.

enfaticavam a necessidade da educação superior para as mulheres, publicaram em 1881, o jornal literário *A Mulher*, em Nova York e distribuído nas principais capitais brasileiras.

A Mulher fora “projetado para convencer as mulheres brasileiras de suas aptidões latentes, e para mostrar que ‘tanto a mulher como o homem se podem dedicar ao estudo das sciencias’”⁷ E, num outro número do jornal *A Mulher*, as duas estudantes expressaram a idéia da vantagem da escolha da profissão de médicas tanto para as mulheres quanto para a sociedade, “mostrando que mulheres médicas gentis podiam inspirar a confiança das pacientes que, no Brasil, freqüentemente relutavam em expor seus corpos e seus males aos médicos”.⁸

Ainda que estes fragmentos da história das primeiras médicas brasileiras nos permitam apenas aproximações dos acontecimentos vivenciados pelas pioneiras, percebe-se que elas se distanciavam daquela imagem construída para a mulher pela ideologia da domesticidade, legitimada pelas teorias evolucionistas e negadoras de suas capacidades físicas e intelectuais.

As pioneiras da medicina questionaram corajosamente as estruturas de poder ao transgredirem normas sociais, institucionais e culturais. As médicas que viveram na segunda metade do século XIX sofreram todo tipo de pressão social para que se mantivessem afastadas da medicina, ainda que não estivessem excluídas legalmente dos cursos depois de 1879.

Em 1889, uma peça teatral escrita por Joaquim José de França Junior, *As Doutoradas*, encenada no Rio de Janeiro por vários meses, foi expressão dessa forte oposição ao ingresso de mulheres na profissão médica.⁹ A comédia seria uma tentativa de ridicularizar as médicas brasileiras.

Francisca Prager Fróes formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1893 sendo a única mulher na turma deste ano. Mesmo que ela não o soubesse, constituiu um passo importante para mudar a imagem construída de mãe-esposa, para além de pôr à prova o conceito arraigado da incapacidade intelectual feminina – afinal, a inteligência e a racionalidade eram consideradas atributos exclusivos dos homens.

⁷ Hahner, June E. *A mulher brasileira...* op. cit.p.68.

⁸ Hahner, June E. *Emancipating...* op. cit. p.59-60.

⁹ Hahner, June E. *A mulher brasileira...* op.cit.p.74.

No início do século XX, houve intensa mobilização feminista na Europa e nos Estados Unidos, com repercussões em outros países. No Brasil, dentre todas as questões que atraíram a atenção das mulheres, o voto foi o que mobilizou o maior número delas. No final do século XIX, na Constituição republicana de 1891, o voto foi considerado “o caminho da dissolução da família brasileira, pois, para a maioria dos deputados desta assembleia, era indiscutível e inapelável o papel da mulher no lar e na família, e o sufrágio feminino parecia-lhes uma ousadia anti-social”.(LEITE, 1984, p. 36)

Contudo, nos anos seguintes, naquele período histórico de constituição do espaço público burguês e, em conformidade com os ideais liberais que passavam a prevalecer, abriram-se brechas para a discussão da igualdade de direitos. Projetos de lei instituindo o voto feminino foram encaminhados ao Congresso por líderes feministas, representantes do movimento organizado. Ainda que a campanha sufragista não tenha se tornado um movimento de massas no país, caracterizou-se por sua excelente organização, superior ao da maioria dos movimentos semelhantes surgidos na América Latina.(HAHNER, 2003, p. 333) A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino liderou o movimento tendo à frente sua fundadora, Bertha Lutz. Tornou-se conhecida como uma articuladora política altamente capaz, por assumir propostas de reformas que beneficiavam a condição de vida do conjunto das mulheres brasileiras, utilizando o Estado como instrumento de intervenção social. (SHUMAHER e BRAZIL, 2002, p. 221)

Na Bahia, em 6 de julho de 1917, Francisca Fróes manifestou-se sobre o sufrágio feminino, portanto, um ano antes da volta de Bertha Lutz da Europa e de sua primeira iniciativa de convocar, por meio da imprensa carioca, as mulheres para se unirem em defesa de seus interesses, em 1918. No artigo de julho, declarou que o voto era um “passo agigantado para a independência [da mulher], na advocacia plena de seus direitos mutilados, um resgate justificado à tirania secular”. (FRÓES, 1917) Nesse mesmo escrito, reivindica também a elegibilidade para todas as brasileiras.

A obstetra baiana envolveu-se, durante toda a sua vida, com os temas da liberdade, da justiça e da saúde da mulher. Em seu discurso e no exercício da medicina, o feminismo representava um meio para empoderar as brasileiras de seu tempo. Partindo da consideração de que a maternidade era um trabalho social da mulher, por

consequente, deveria ter a sua contrapartida, isto é, a garantia de direitos sociais e políticos, inexistentes até então

Meditando sobre a oposição veemente assumida por senhoras católicas baianas em relação ao voto feminino, Francisca, defensora convicta da participação política da mulher na sociedade, expressou sua consternação em matéria publicada no jornal *A Tarde*, na qual dirigiu palavras de desapontamento a algumas representantes do sexo feminino, pelo anacronismo de idéias “mal elaboradas e mal compreendidas, que entorpecem certa porção do sexo que se confirma frágil e incapaz, num recuar pusillanime ante um direito que ainda não alcançou e pelo qual há de clamar necessariamente amanhã!” (FRÓES, 1917)

Ela continuou trabalhando pela defesa dos direitos, unindo-se a outras feministas baianas.

Da interação de Francisca com o mundo circundante, visto como injusto e caótico, partiram suas idéias reformadoras. O contato diário com mulheres extremamente pobres, indigentes, ex-escravas, mães solteiras desamparadas, que buscavam atendimento gratuito na maternidade da Faculdade de Medicina da Bahia é uma variável que precisa ser considerada em sua trajetória. Não se trata de colocá-la como um sujeito único no confronto com a pobreza feminina (ou com o atraso brasileiro?), porém, não se pode perder de vista que o elemento histórico do abandono e do descaso em relação à saúde de mulheres das camadas populares (até hoje), raramente, fez parte do cotidiano de mulheres privilegiadas pela situação de classe, raça/etnia. Em São Paulo, temos o exemplo da médica Maria Rennotte (1852-1942), nascida na Bélgica, que viveu mais de 60 anos no Brasil. Dr^a. Rennotte foi diretora da Maternidade São Paulo, desde 1895, criou uma enfermaria para atendimento de mulheres pobres e participou ativamente na criação da Cruz Vermelha, fundada em 1908, entre outras atividades dedicadas à pesquisa e à benemerência.(MOTT, 1999, p. 120)

Na reflexão de Francisca Prager Fróes, o problema das doenças sexualmente transmissíveis ocupa um lugar de destaque, dado o número elevado de casos de mulheres contaminadas pelos seus parceiros, atendidas por ela na Maternidade Climério de Oliveira e em seu consultório. Ela culpa diretamente o “pouco escrúpulo e a incúria

abusiva do sexo livre para com aquela cuja castidade exige, a troco, geralmente, de fraudes esponsalícias injustificáveis”.(FRÓES, 1923, pp. 12-13)

O efeito dessas patologias, segundo ela, era sempre desastroso no plano da saúde física, moral e psicológica da mulher. O problema deveria ser enfrentado pela intervenção do poder público. Nesse sentido, ela reivindicava a obrigatoriedade do exame pré-nupcial ao lado de processos educativos, o combate rigoroso às doenças infecciosas, proteção à mãe solteira, a quebra do segredo médico, sempre que necessário, e a intervenção de uma legislação que garantisse a moralização do casamento. Francisca priorizou a medicina preventiva acreditando que o higienismo poderia proteger a saúde da mulher, por meio do saneamento. Defendia a educação sexual nas escolas, para ambos os sexos, além de cursos de higiene e puericultura.

Para finalizar, gostaria de registrar que o interesse em trazer à tona algumas dimensões da trajetória e das idéias das primeiras médicas brasileiras deriva da minha vinculação a uma prática historiográfica preocupada em desvendar universos femininos relegados ao esquecimento. Numa época de empobrecimento cultural, de crise da sociabilidade, da “corrosão do caráter”, para usar a expressão de Richard Sennett, da perda dos valores éticos e da crise dos paradigmas, como a nossa, recorrer ao passado em busca de experiências femininas permite-nos ampliar o legado de nossa tradição cultural e fortalecer a luta e a percepção de nós mesmas.